



Práticas Interdisciplinares de Educação em Saúde no Currículo Escolar

*Larissa Sousa Ribeiro¹; Ginete Cavalcante Nunes²; Jucélia Teixeira Macêdo³;
Elismar Maria Bezerra⁴; Lindemberg Rocha Freitas⁵; Hidemburgo Gonçalves Rocha⁶*

Resumo: A educação em saúde no contexto escolar tem se mostrado uma estratégia essencial para a formação integral dos estudantes. Através de práticas interdisciplinares, é possível promover o desenvolvimento de atitudes, valores e conhecimentos voltados à qualidade de vida, à prevenção de doenças e à construção de uma consciência crítica sobre os determinantes sociais da saúde. Trata-se de uma revisão narrativa, visando ampliar o conhecimento já existente sobre o tema. Dessa forma, é mais flexível não exigindo protocolos rigorosos de busca. Inclui levantamento de dados, leitura, seleção de artigos e síntese descritiva. O presente artigo discutiu a importância da inserção da educação em saúde no currículo escolar, evidenciando o papel dos professores e da escola na formação de cidadãos conscientes e responsáveis com seu bem-estar e com o coletivo.

Palavras-chave: Educação em saúde; Interdisciplinaridade; Currículo escolar; Formação integral; Cidadania.

Interdisciplinary Practices in Health Education in the School Curriculum

Abstract: Health education in the school context has proven to be an essential strategy for the comprehensive education of students. Through interdisciplinary practices, it is possible to

¹ Curso de Fisioterapia pelo Centro Universitário Paraíso- UniFAP. E-mail: larissaribeiro5679@gmail.com;

² Doutora em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN. Cursa Mestrado Profissional em Filosofia pelo Instituto Federal de Educação do Sertão Pernambucano- IF Sertão PE. E-mail: ginetecavalcante@gmail.com ORCID: 0000-0001-6006-9702;

³ Possui graduação em Letras - Inglês e Português pela Universidade Regional do Cariri. Pós Graduação em Língua Inglesa pela Universidade regional do Cariri – URCA. Mestrado em Educação pela Universidade Nove de Julho - Uninove. Seduc - Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Email: juceliatm@gmail.com;

⁴ Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina (FAFOPA), Pernambuco, Brasil. elismarbezerra@gmail.com;

⁵ Doutor em Ciências e Tecnologia de alimentos pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Titular do Instituto Federal do Ceará (IFCE). lindembergrocha@yahoo.com.br;

⁶ Biólogo. Doutor em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará –UFC. Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: hidemburgo.rocha@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7413-6803>.

promote the development of attitudes, values, and knowledge focused on quality of life, disease prevention, and the construction of a critical awareness of the social determinants of health. This is a narrative review, aiming to expand existing knowledge on the topic. Therefore, it is more flexible and does not require rigorous search protocols. It includes data collection, reading, article selection, and descriptive synthesis. This article discussed the importance of including health education in the school curriculum, highlighting the role of teachers and the school in the formation of citizens who are aware and responsible for their well-being and the community.

Keywords: Health education; Interdisciplinarity; School curriculum; Comprehensive education; Citizenship.

Introdução

A educação contemporânea enfrenta o desafio de formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de compreender a complexidade da vida em sociedade. Nesse contexto, a educação em saúde emerge como uma prática educativa essencial, que ultrapassa os limites das disciplinas tradicionais e se consolida como um eixo fundamental na promoção da qualidade de vida e na formação integral dos indivíduos. Compreender a saúde como um direito humano e um bem coletivo é um passo importante para a construção de uma cultura de prevenção, autocuidado e responsabilidade social.

Historicamente, o conceito de saúde evoluiu de uma visão puramente biológica, centrada na ausência de doenças, para uma concepção ampliada, que engloba dimensões físicas, mentais, emocionais e sociais. Essa compreensão mais abrangente, defendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por autores como Freire (1996) e Gadotti (2010), destaca a importância de práticas educativas que promovam o empoderamento dos sujeitos e o fortalecimento da cidadania. A escola, como espaço de formação e convivência, desempenha papel central nesse processo ao favorecer o desenvolvimento de atitudes e valores voltados para o cuidado de si, do outro e do meio ambiente.

Inserir a educação em saúde no currículo escolar não se trata apenas de acrescentar novos conteúdos, mas de repensar a própria prática pedagógica. A saúde deve ser compreendida como um tema transversal, que perpassa todas as áreas do conhecimento e se articula com diferentes dimensões da vida escolar. Essa abordagem interdisciplinar possibilita uma aprendizagem mais significativa, conectando o saber científico com o cotidiano dos estudantes,

e promovendo o desenvolvimento de competências para o exercício da autonomia e da responsabilidade coletiva.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em vigor desde 2018, reforça essa perspectiva ao reconhecer a saúde como um dos temas contemporâneos que devem ser tratados de forma integrada e contínua nas escolas. Assim, a interdisciplinaridade surge como uma estratégia pedagógica capaz de promover a articulação entre os saberes e de favorecer a construção de uma visão crítica sobre os determinantes sociais, econômicos e ambientais que influenciam a saúde.

Dessa forma, discutir práticas interdisciplinares de educação em saúde no currículo escolar significa refletir sobre o papel social da escola na promoção da vida e da cidadania. É reconhecer que a formação integral do estudante exige não apenas o domínio de conteúdos cognitivos, mas também o desenvolvimento de atitudes éticas, emocionais e coletivas. Portanto, a educação em saúde deve ser entendida como um compromisso político, pedagógico e humano, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, saudável e solidária.

A metodologia utilizada foi uma revisão Narrativa. Trata-se de um tipo de estudo bibliográfico que sintetiza pesquisas existentes para fornecer um panorama abrangente sobre um tema, focando em descrever características, métodos e descobertas sem análise crítica profunda. É útil para mapear lacunas e fundamentar contextos, geralmente sem protocolos rígidos de seleção. O objetivo da revisão narrativa é oferecer uma visão geral organizada e teórica sobre o estado atual do conhecimento.

A Interdisciplinaridade e a Educação em Saúde no Currículo Escolar

A Interdisciplinaridade como Princípio Educativo

A interdisciplinaridade representa uma das mais significativas transformações no campo da educação contemporânea. Ela surge como resposta à fragmentação do conhecimento promovida pelo paradigma positivista e pelas estruturas disciplinares rígidas que, por muito tempo, dominaram o ensino. Em contraposição a essa visão compartimentalizada, a interdisciplinaridade busca construir pontes entre as áreas do saber, promovendo um diálogo constante entre os diversos campos do conhecimento e, sobretudo, entre o conhecimento escolar e as experiências de vida dos estudantes.

Segundo Fazenda (2011), a interdisciplinaridade deve ser compreendida como uma *atitude*, mais do que uma simples técnica de ensino. Essa atitude implica abertura, cooperação e humildade intelectual diante do saber do outro, reconhecendo que nenhum conhecimento é autossuficiente. Para a autora, “a interdisciplinaridade é o espaço de encontro entre as certezas e as dúvidas”, e é nesse encontro que o processo educativo se torna realmente formativo. Assim, mais do que juntar conteúdos de diferentes disciplinas, a proposta interdisciplinar exige um novo modo de pensar e de produzir conhecimento, sustentado pelo diálogo, pela problematização e pela construção coletiva de sentidos.

No contexto da escola contemporânea, marcada por transformações tecnológicas, culturais e sociais, essa abordagem se torna indispensável. A sociedade atual demanda sujeitos críticos, criativos e capazes de compreender fenômenos complexos de forma integrada. Como destaca Morin (2000), a educação precisa preparar as pessoas para “ligar os saberes”, uma vez que o conhecimento fragmentado não é capaz de responder aos desafios globais e interdependentes que caracterizam o mundo atual. Para o autor, o pensamento complexo é aquele que reconhece a relação entre as partes e o todo, entre o local e o global, entre o individual e o coletivo. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade é não apenas um método, mas um princípio epistemológico e ético, que sustenta uma nova maneira de conceber o próprio ato de ensinar e aprender.

Sob o ponto de vista pedagógico, a interdisciplinaridade também se configura como um instrumento de contextualização e significação da aprendizagem. Ao articular diferentes saberes, o professor possibilita ao aluno compreender que o conhecimento não está limitado aos livros didáticos, mas se manifesta nas múltiplas dimensões da realidade social. Esse movimento dialógico aproxima o saber escolar do cotidiano dos estudantes, valorizando suas vivências, culturas e experiências. Assim, o processo educativo torna-se mais dinâmico, participativo e transformador.

No campo da educação em saúde, a interdisciplinaridade ganha ainda maior relevância, pois o tema da saúde é, por natureza, multifacetado. A promoção da saúde não pode ser compreendida apenas pela ótica biológica ou médica, mas deve incorporar aspectos psicológicos, sociais, ambientais e culturais. A integração entre as disciplinas — como Ciências, Educação Física, Geografia, Filosofia, Língua Portuguesa e Artes — permite que questões como alimentação saudável, higiene, sexualidade, saúde mental, sustentabilidade e cidadania sejam abordadas de maneira ampla e significativa.

Por exemplo, ao tratar o tema da alimentação saudável, o professor pode trabalhar conteúdos científicos sobre nutrientes e funcionamento do corpo humano (Ciências), discutir questões socioeconômicas ligadas ao acesso aos alimentos (Geografia), refletir sobre o consumo consciente e ético (Filosofia), produzir textos informativos e campanhas educativas (Língua Portuguesa) e desenvolver atividades artísticas e criativas que reforcem o tema (Artes). Esse movimento integrador concretiza o princípio da interdisciplinaridade, transformando o conhecimento em experiência e o conteúdo em ação pedagógica viva.

Além disso, a interdisciplinaridade na educação em saúde promove a formação integral do estudante, ao reconhecer que o aprender é também um ato de cuidar de si e do outro. Quando o aluno entende que seu corpo, suas emoções e seu ambiente estão interligados, ele se torna sujeito de seu próprio bem-estar e agente ativo na construção de uma sociedade mais saudável e solidária. Isso reforça o caráter ético e humanizador da educação, conforme defendem Freire (1996) e Morin (2000), para quem o conhecimento deve servir à vida, à justiça e à dignidade humana.

Outro aspecto essencial da interdisciplinaridade é o seu potencial colaborativo entre os docentes. Ela exige um trabalho coletivo, baseado na confiança, na partilha e na coautoria. A prática interdisciplinar convida os professores a abandonarem o isolamento disciplinar e a planejarem de forma integrada, reconhecendo que o ensino é uma construção conjunta. Como destaca Behrens (2013), o educador interdisciplinar é aquele que “aprende com o outro e ensina ao mesmo tempo”, sendo um mediador de saberes e experiências. Essa postura rompe a hierarquia entre as disciplinas e valoriza o papel do diálogo como caminho para o crescimento profissional e pessoal.

Por fim, é importante ressaltar que a interdisciplinaridade, ao ser aplicada na educação em saúde, vai além do ensino de conteúdos; ela propõe uma mudança de paradigma educacional, em que o foco está no desenvolvimento da consciência crítica, na valorização da vida e na construção de práticas de cuidado compartilhadas. Trata-se de uma pedagogia do encontro, que reconhece a complexidade do ser humano e o convida a compreender-se como parte de um sistema maior — biológico, social, emocional e cultural.

Em síntese, a interdisciplinaridade como princípio educativo representa um caminho de integração, humanização e transformação. Ela permite que o ensino e a aprendizagem se tornem experiências vivas, nas quais a saúde, o conhecimento e a cidadania se entrelaçam na construção de uma educação comprometida com o bem-estar e com a dignidade humana.

Educação em Saúde: Concepções e Objetivos

A educação em saúde é um processo permanente e integral, que busca promover o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e valores voltados à melhoria da qualidade de vida individual e coletiva. Ela transcende o simples repasse de informações sobre cuidados com o corpo, higiene ou prevenção de doenças, para se constituir como uma prática educativa crítica e transformadora. Nessa perspectiva, a saúde é compreendida como um fenômeno biopsicossocial, resultado das interações entre condições biológicas, emocionais, culturais, ambientais e econômicas.

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2019), a educação em saúde no contexto escolar deve favorecer a formação de sujeitos autônomos, reflexivos e capazes de tomar decisões conscientes sobre seus hábitos e modos de vida. Essa abordagem dialoga diretamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe o desenvolvimento de competências gerais relacionadas ao autoconhecimento, ao cuidado consigo e com o outro, à empatia, à cooperação e à responsabilidade social. Assim, o trabalho com a temática da saúde não se limita a uma disciplina específica, mas deve ser desenvolvido de forma transversal e interdisciplinar, envolvendo diferentes componentes curriculares e toda a comunidade escolar.

Ao integrar saberes científicos e populares, a educação em saúde amplia o conceito de saúde para além da ausência de enfermidades, incorporando dimensões emocionais, psicológicas, espirituais e sociais. Essa visão plural rompe com a concepção biomédica tradicional, centrada apenas no corpo físico, e valoriza os saberes comunitários e culturais que contribuem para a promoção da vida em suas múltiplas expressões. Como enfatiza Czeresnia (2003), a promoção da saúde deve ser entendida como um processo que fortalece a capacidade das pessoas de exercerem controle sobre os determinantes de sua própria saúde, estimulando a participação ativa na construção de ambientes mais saudáveis e solidários.

Para Paulo Freire (1996), a educação é, essencialmente, um ato político, dialógico e libertador. Aplicada à saúde, ela se torna um instrumento de emancipação e conscientização, pois possibilita que os sujeitos compreendam criticamente as condições que afetam seu bem-estar e atuem para transformá-las. Educar para a saúde, portanto, não significa transmitir normas, prescrever comportamentos ou impor padrões de conduta; trata-se, antes, de criar espaços de diálogo e reflexão, onde os educandos possam construir coletivamente significados sobre o cuidado, a prevenção e o respeito à vida.

Nesse sentido, a educação em saúde deve ser problematizadora, inspirada na pedagogia freireana, na qual o educador assume o papel de mediador e coaprendente. O conhecimento não é algo pronto, mas se constrói a partir da escuta, da partilha e da leitura crítica da realidade. Essa postura estimula a autonomia dos estudantes, tornando-os protagonistas no processo de cuidar de si, do outro e do ambiente. Assim, a escola se configura como um espaço de promoção da saúde, da cidadania e da ética da responsabilidade coletiva.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades”. Essa concepção, que ultrapassa a dimensão biológica, implica reconhecer que as condições de saúde estão diretamente relacionadas a fatores socioeconômicos, ambientais e culturais. Nesse contexto, a educação em saúde deve fomentar práticas educativas que articulem o conhecimento científico às vivências cotidianas, incentivando hábitos saudáveis, mas também atitudes solidárias e conscientes diante das desigualdades sociais que afetam o acesso à saúde.

Outro aspecto relevante é que a educação em saúde está intrinsecamente ligada ao Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como um de seus princípios a promoção da saúde e a participação social. A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) reforça a importância da escola como um espaço privilegiado para ações intersetoriais que visem o desenvolvimento humano integral. A articulação entre educação e saúde, portanto, constitui uma estratégia de justiça social, na medida em que reconhece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, a ser construído com a participação ativa da comunidade.

Os objetivos da educação em saúde no currículo escolar, portanto, vão além da mera transmissão de conteúdos sobre o corpo humano ou prevenção de doenças. Eles envolvem o desenvolvimento de competências socioemocionais, como a empatia, a solidariedade e a cooperação; o fortalecimento da consciência crítica frente às condições de vida e de saúde; e a valorização do autocuidado e do cuidado coletivo. Trata-se de uma proposta que integra razão e sensibilidade, conhecimento e ação, ciência e cultura — reconhecendo que o bem-estar humano depende de múltiplas dimensões da existência.

Por fim, é importante compreender que a educação em saúde, enquanto prática pedagógica interdisciplinar, tem como objetivo último formar sujeitos saudáveis no sentido pleno do termo: conscientes, críticos, solidários e comprometidos com o bem comum. Quando o currículo escolar incorpora essa dimensão formativa, ele contribui para a construção de uma

cultura de paz, de respeito à diversidade e de valorização da vida, princípios fundamentais para uma sociedade mais justa e humanizada.

A Inserção da Educação em Saúde no Currículo Escolar

A inserção da educação em saúde no currículo escolar brasileiro representa uma conquista histórica no campo das políticas públicas, marcada pela integração entre os setores da educação e da saúde como estratégia para a promoção do desenvolvimento humano integral. Essa aproximação reflete uma visão ampliada de saúde e educação, compreendidas como direitos sociais indissociáveis e fundamentais para o exercício pleno da cidadania.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) estabelece, em seu artigo 2º, que a educação deve visar ao “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa concepção de formação integral pressupõe o cuidado com a saúde física, mental e emocional do estudante, reconhecendo que o processo de aprendizagem está intrinsecamente ligado às condições de bem-estar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) aprofunda essa perspectiva ao propor que o tema da saúde seja tratado de maneira transversal, interdisciplinar e contextualizada, articulando-se com os componentes curriculares da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A BNCC enfatiza que a escola deve promover o desenvolvimento de competências relacionadas ao autocuidado, à empatia, à responsabilidade social e à sustentabilidade, destacando que a promoção da saúde é parte integrante da formação integral do cidadão.

Desse modo, a educação em saúde não se limita a conteúdos pontuais de Ciências ou Educação Física, mas se estende a todas as áreas do conhecimento — Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Artes e Filosofia —, favorecendo o diálogo entre saberes e o enfrentamento de problemáticas reais do cotidiano escolar e comunitário. Essa abordagem interdisciplinar permite que a escola se torne um espaço de reflexão crítica sobre temas como alimentação saudável, saúde mental, prevenção de doenças, sexualidade, meio ambiente, higiene, violência e uso de substâncias nocivas, sempre considerando o contexto social e cultural dos estudantes.

Entre as iniciativas mais expressivas que consolidam essa articulação está o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007 por meio de uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde (MS). O PSE tem como objetivo principal integrar políticas e ações que contribuam para a formação integral dos estudantes da rede pública de ensino, por meio de práticas intersetoriais, interdisciplinares e participativas. O programa atua em eixos como avaliação das condições de saúde, promoção da alimentação adequada e saudável, prevenção do uso de álcool, tabaco e outras drogas, saúde bucal, promoção da cultura de paz e prevenção da violência, e atenção à saúde mental.

Essa integração entre escola e sistema de saúde fortalece o papel da instituição escolar como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações educativas preventivas e de promoção da saúde, ampliando o alcance das políticas públicas e aproximando-as da realidade das comunidades. Além disso, promove o protagonismo juvenil e o envolvimento das famílias, reconhecendo que o cuidado com a saúde é uma responsabilidade compartilhada entre diferentes atores sociais.

Incorporar a saúde ao currículo escolar implica compreender que ela está presente em todas as dimensões da vida educativa: na alimentação oferecida pela merenda escolar, na convivência entre os alunos, na gestão democrática dos conflitos, nas condições de trabalho dos professores e na infraestrutura física da escola. Cada espaço e cada relação pedagógica tornam-se oportunidades para educar para o cuidado, o respeito e o bem-estar coletivo.

Projetos como campanhas de vacinação, feiras de saúde, oficinas de autocuidado e saúde emocional, hortas comunitárias, aulas sobre alimentação sustentável e atividades de educação sexual e prevenção de doenças são exemplos de práticas que concretizam a presença da saúde no cotidiano escolar. Essas ações, quando planejadas de forma interdisciplinar, favorecem a construção de uma cultura de cuidado e responsabilidade social.

Entretanto, para que a inserção da educação em saúde no currículo seja efetiva, é indispensável investir na formação inicial e continuada dos professores. O educador é o mediador fundamental desse processo, e sua atuação requer conhecimentos não apenas técnicos, mas também éticos e afetivos. A formação docente deve contemplar temas relacionados à saúde física e mental, à promoção da qualidade de vida, à escuta sensível e à mediação de conflitos. É preciso que o professor se perceba também como sujeito de saúde, capaz de refletir sobre suas próprias condições de trabalho e bem-estar.

Como destacam Cunha e Nunes (2020), a integração entre saúde e educação demanda uma mudança de paradigma pedagógico: é necessário compreender o currículo não como um conjunto fixo de conteúdos, mas como um espaço vivo de experiências, onde os saberes se articulam em torno da vida e do cuidado. Assim, a escola se torna um território de promoção da saúde e da cidadania, comprometido com a formação de indivíduos críticos, solidários e conscientes de seu papel na sociedade.

Em síntese, a inserção da educação em saúde no currículo escolar é mais do que uma exigência normativa: é um ato político e pedagógico que reafirma a função social da escola como formadora de sujeitos integrais. Ela convida professores, gestores e estudantes a repensarem o significado do aprender, transformando a educação em uma prática de vida — voltada não apenas para o conhecimento, mas também para o bem-estar, o cuidado e a construção de uma sociedade mais justa e saudável

Práticas Interdisciplinares e Estratégias Pedagógicas

As práticas interdisciplinares em educação em saúde constituem um eixo fundamental para a formação integral dos estudantes, pois permitem articular os saberes escolares à realidade vivida, transformando o processo educativo em um espaço de diálogo, reflexão e ação. A interdisciplinaridade, quando efetivamente aplicada, rompe com o modelo fragmentado de ensino e propõe a construção coletiva do conhecimento, valorizando as experiências, as emoções e o contexto sociocultural dos alunos.

Conforme destaca Fazenda (2011), ser interdisciplinar é assumir uma atitude de abertura e cooperação diante do saber, compreendendo que nenhuma disciplina, isoladamente, é capaz de explicar a complexidade da vida. Assim, as práticas interdisciplinares em educação em saúde devem ser planejadas de forma integrada, considerando os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais que influenciam o bem-estar humano.

Essas práticas devem partir da realidade dos alunos, reconhecendo seus contextos familiares, comunitários e culturais. O ponto de partida é o diálogo, a escuta ativa e o levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes, o que possibilita um ensino contextualizado e significativo. A educação em saúde ganha sentido quando o estudante se vê como protagonista do processo de aprendizagem, compreendendo que o cuidado consigo e com o outro é um ato de cidadania e responsabilidade coletiva.

As metodologias ativas — como projetos, oficinas, rodas de conversa, debates, dramatizações, exposições científicas, estudos do meio e produções artísticas — configuram-se como instrumentos eficazes para o desenvolvimento dessas práticas. Elas favorecem o envolvimento afetivo e cognitivo dos alunos, estimulando a autonomia, a curiosidade, o trabalho em equipe e o pensamento crítico.

Por exemplo, o tema alimentação saudável pode ser explorado de maneira integrada entre diferentes áreas do conhecimento:

- Ciências: estudo dos nutrientes, funcionamento do sistema digestório e impactos da má alimentação na saúde;
- Matemática: cálculo de calorias, leitura de rótulos, construção de gráficos sobre consumo alimentar;
- Língua Portuguesa: produção de textos informativos, campanhas de conscientização e análise crítica de propagandas;
- Educação Física: elaboração de planos de atividade física e reflexão sobre hábitos de vida;
- Artes: confecção de cartazes, desenhos e vídeos educativos que valorizem o ato de se alimentar bem.

Outro exemplo relevante é o tema saúde mental e emocional, que pode ser trabalhado em uma perspectiva interdisciplinar entre Filosofia, Sociologia e Língua Portuguesa, estimulando discussões sobre emoções, empatia, respeito, autoconhecimento, bullying e relações interpessoais. Tais práticas, além de promoverem a reflexão sobre o cuidado psicológico, fortalecem valores humanos e contribuem para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e solidário.

De acordo com Behrens (2013), a interdisciplinaridade só se concretiza quando há uma postura colaborativa entre os docentes, baseada no planejamento conjunto, no diálogo constante e na troca de saberes. O trabalho pedagógico, nesse contexto, deve ser visto como uma rede de interações, em que o professor atua não como mero transmissor de conteúdos, mas como mediador e facilitador de experiências que estimulam a aprendizagem significativa e a consciência coletiva.

É importante destacar também o papel das metodologias participativas — como a aprendizagem baseada em projetos (ABP), a aprendizagem por investigação e a educação problematizadora de Freire (1996) —, que incentivam os alunos a analisar criticamente

situações reais e a propor soluções criativas para problemas relacionados à saúde individual e coletiva. Essas abordagens promovem um aprendizado dinâmico e transformador, capaz de articular teoria e prática em uma perspectiva cidadã.

Além do ambiente escolar, a integração com a comunidade é essencial para potencializar as ações de educação em saúde. O envolvimento de famílias, profissionais da saúde, agentes comunitários, universidades e instituições locais amplia a rede de apoio e fortalece o vínculo entre escola e sociedade. Projetos intersetoriais — como feiras de saúde, campanhas de vacinação, palestras sobre higiene e sexualidade, e parcerias com unidades básicas de saúde — contribuem para o desenvolvimento de uma cultura de cuidado coletivo, tornando o processo educativo mais participativo e comprometido com a realidade social.

A interdisciplinaridade em saúde, portanto, transcende o espaço da sala de aula. Ela propõe uma pedagogia do cuidado, na qual educar e promover saúde são dimensões indissociáveis. A escola torna-se, assim, um espaço de transformação e pertencimento, onde aprender é também viver com qualidade, respeitando as diferenças, cultivando o diálogo e desenvolvendo valores éticos e solidários.

Como reforça Morin (2000), a educação deve preparar o ser humano para compreender a complexidade da existência e enfrentar as incertezas do mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, as práticas interdisciplinares de educação em saúde assumem papel estratégico na formação de sujeitos críticos, conscientes e capazes de atuar de forma responsável na construção de uma sociedade mais saudável e justa.

Desafios e Perspectivas para a Educação em Saúde

Embora a educação em saúde seja reconhecida como um eixo fundamental para a formação integral e cidadã, sua efetiva implementação nas escolas ainda enfrenta diversos desafios estruturais, pedagógicos e culturais. Esses obstáculos refletem tanto limitações do sistema educacional quanto lacunas na formação dos profissionais que atuam diretamente com os estudantes.

Um dos principais entraves é a falta de tempo destinado ao planejamento coletivo e interdisciplinar. A organização curricular tradicional, ainda centrada em disciplinas estanques e cronogramas rígidos, dificulta a integração de temas transversais, como a saúde. A ausência de espaços institucionais para o diálogo entre professores, gestores e profissionais da saúde

impede a construção de projetos coletivos e sustentáveis. Como destaca Behrens (2013), a interdisciplinaridade requer uma cultura colaborativa que ainda precisa ser consolidada na escola brasileira.

Outro desafio recorrente é a carência de formação inicial e continuada dos docentes para lidar com os temas da saúde em uma perspectiva crítica, contextualizada e emancipadora. Muitos professores ainda associam a educação em saúde a uma prática meramente informativa, centrada na transmissão de regras de higiene ou prevenção de doenças. Entretanto, segundo Freire (1996), educar para a saúde implica promover a conscientização e a autonomia, estimulando o sujeito a compreender sua realidade e agir sobre ela de forma transformadora. Portanto, é imprescindível que os cursos de licenciatura e os programas de formação continuada contemplem discussões sobre saúde, corpo, emoções e cidadania como dimensões pedagógicas.

A escassez de recursos didáticos e pedagógicos adequados também limita o desenvolvimento de práticas significativas. Muitas escolas não dispõem de materiais de apoio, parcerias com unidades de saúde ou infraestrutura para realizar atividades práticas e interativas. Além disso, há uma tendência a tratar a saúde como um tema periférico ou pontual, restrito a datas comemorativas, o que reduz seu potencial educativo e impede sua integração plena ao currículo. Tal abordagem fragmentada contradiz os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que defende o trabalho com temas integradores e transversais voltados para o desenvolvimento de competências socioemocionais e o bem-estar integral dos alunos.

Superar essas dificuldades exige comprometimento político, pedagógico e institucional. A efetividade das práticas interdisciplinares em educação em saúde depende de políticas públicas articuladas entre as áreas da educação e da saúde, que assegurem condições de trabalho, formação e recursos adequados. Nesse sentido, o Programa Saúde na Escola (PSE) representa um avanço importante, pois busca consolidar ações intersetoriais que envolvem escolas, famílias e comunidades. Contudo, para que essas iniciativas sejam sustentáveis, é necessário que haja continuidade, acompanhamento e apoio técnico às escolas, evitando que as ações se restrinjam a projetos pontuais.

Além da dimensão política, há também um desafio cultural: é preciso redefinir o papel da escola como espaço de formação integral, em que o cuidado com o corpo, as emoções e o ambiente sejam parte indissociável do processo educativo. A saúde deve ser compreendida não apenas como ausência de doenças, mas como condição de equilíbrio físico, emocional e social,

conforme define a Organização Mundial da Saúde (OMS). Assim, promover saúde é também promover respeito, diálogo, empatia, solidariedade e pertencimento.

Apesar das dificuldades, as perspectivas para a educação em saúde são promissoras. A crescente valorização da saúde mental, o debate sobre alimentação sustentável, o incentivo às práticas de autocuidado e a discussão sobre qualidade de vida têm ampliado o interesse e a sensibilidade de professores e estudantes para o tema. Além disso, as experiências exitosas de escolas que desenvolvem projetos interdisciplinares e intersetoriais mostram que é possível transformar o espaço escolar em um ambiente de cuidado e aprendizagem significativa.

A interdisciplinaridade, nesse contexto, surge como um caminho estratégico para o fortalecimento da educação em saúde, pois permite conectar conhecimentos científicos e saberes populares, teoria e prática, corpo e mente, indivíduo e coletividade. Como afirma Morin (2000), o desafio da educação contemporânea é aprender a “ligar” o que foi separado, compreendendo a complexidade da vida e das relações humanas. A saúde, entendida como um bem coletivo e um direito humano fundamental, deve, portanto, estar no centro das práticas pedagógicas comprometidas com a formação de sujeitos críticos, conscientes e saudáveis.

Dessa forma, as práticas interdisciplinares em educação em saúde se configuram não apenas como uma estratégia pedagógica, mas como um projeto ético-político de transformação social, que busca fortalecer o vínculo entre escola, comunidade e vida. Promover saúde na escola é, em última instância, promover esperança, dignidade e humanidade.

Considerações Finais

A análise das práticas interdisciplinares de educação em saúde no currículo escolar evidencia que o tema ultrapassa a dimensão informativa e assume um papel formador, ético e social. Promover a saúde na escola é promover a vida, o cuidado e o desenvolvimento integral dos sujeitos. A educação, nesse contexto, deve ser compreendida como um espaço de construção de saberes que articulam corpo, mente e sociedade, superando a fragmentação do conhecimento e favorecendo uma aprendizagem significativa e transformadora.

Constatou-se que a interdisciplinaridade é o caminho mais fecundo para integrar a saúde ao currículo, pois possibilita a articulação entre diferentes áreas do saber, o diálogo entre teoria e prática e o desenvolvimento de competências que fortalecem a autonomia e o senso crítico dos estudantes. Por meio de metodologias ativas, como projetos, oficinas, rodas de conversa e

produções artísticas, é possível abordar temáticas como alimentação saudável, saúde mental, sexualidade, prevenção de doenças e autocuidado de forma dinâmica e contextualizada.

Entretanto, o estudo também revelou desafios significativos. A carência de tempo para planejamento coletivo, a insuficiente formação docente, a falta de recursos pedagógicos e a pouca valorização do tema ainda limitam a efetividade das ações. Tais obstáculos reforçam a necessidade de políticas públicas integradas entre os setores da educação e da saúde, de modo que a escola seja reconhecida como um espaço legítimo de promoção da saúde e cidadania.

As perspectivas, contudo, são promissoras. O crescente interesse por temas relacionados ao bem-estar, à saúde mental e à sustentabilidade tem mobilizado professores e gestores a repensarem o papel da escola frente às demandas contemporâneas. Nesse sentido, investir em práticas interdisciplinares significa contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e comprometidos com a própria vida e com o coletivo.

Portanto, a educação em saúde deve ser entendida como um projeto ético-político que ultrapassa os muros escolares. É um compromisso com a dignidade humana, com a inclusão, com o respeito às diferenças e com a construção de uma sociedade mais justa e saudável. A escola, ao assumir esse compromisso, torna-se não apenas um espaço de ensino, mas de transformação — onde aprender, conviver e cuidar tornam-se ações indissociáveis na formação de sujeitos plenos e solidários.

Referências

BEHRENS, Marilda Aparecida. **A prática pedagógica e o desafio da interdisciplinaridade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Programa Saúde na Escola (PSE): Passo a Passo**. Brasília: Ministério da Saúde/Ministério da Educação, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Genebra, 1946. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 10 nov. 2025.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 17. ed. São Paulo: Libertad, 2012.



Recebido: 02/12/2025. Aceito: 26/01/2026. Publicado: 28/02/2026.